

Brasil e Angola: a presença do Brasil no processo de libertação e construção de uma Angola livre.

José Francisco dos Santos □

Palavras Chaves: Brasil, Angola, Economia e Movimento Negro

Apresentação

O presente artigo é parte da pesquisa em desenvolvimento no doutorado em História na PUCSP intitulado: *BRASIL – ANGOLA: OS ENCONTROS E DESENCONTROS DENTRO DO PROCESSO DIASPÓRICO – 1975 A 2002*. O objetivo do texto é auxiliar na compreensão histórica sobre a atuação do regime Civil-Militar brasileiro durante as décadas de 1960 e 1970¹. Além disso, trazemos informações sobre ligações comerciais com o estabelecimento de empresas brasileiras em solo angolano, a partir da apresentação de informações obtidas em fontes primárias originais, especificamente, memorandos do Itamaraty. Numa perspectiva de abranger a reflexão acerca da relação Brasil – Angola, também trazemos algumas informações sobre a ligação e a visão de alguns membros do Movimento Negro brasileiro a respeito das relações estabelecidas entre Brasil e Continente Africano de expressão de língua portuguesa nas 1970 e 1980.

Durante o processo de independência o relacionamento entre os movimentos de libertação já demonstravam conflitos graves, após a libertação, estes movimentos acabam tornando-se protagonistas de uma guerra sangrenta, que teve como fomento, naquele momento, a Guerra Fria, patrocinados pela União Soviética, Cuba, China e Estados Unidos da América. Por um lado, o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, apoiado pela URSS e Cuba, por outro a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola, apoiado pelos Estados Unidos, Congo Brazzavili e China, e a

□ Mestre em História Social pela PUC-SP Doutorando em História Social da PUC-SP, Bolsista – CNPq. Docente colaborador no Departamento de História da UEM. Orientador: Dr. Antônio Rago Filho. E-mail: jose.francisco.puc@gmail.com

¹ Cabe salientar que uma das principais fontes de estudo será a documentação telegráfica do representante especial do Brasil em Luanda, Ovídio Andrade de Mello.

UNITA – União Nacional de Libertação Total de Angola, apoiada pelos EUA, África do Sul, China e alguns portugueses inconformados com a independência de Angola².

Com o passar dos anos a FNLA perde força e a guerra civil fica circundada entre MPLA e UNITA. Dentro deste período em que se desenvolve a guerra entre MPLA e UNITA, o Brasil esteve presente em vários aspectos. Podemos apontar a venda de material bélico³ do governo brasileiro ao MPLA, como também, os convênios educacionais entre Brasil e Angola⁴, bem como a fuga de Angolanos e Portugueses para o Brasil, já estudada, inclusive na pós-graduação do Serviço Social PUCSP, pelo pesquisador Makuédia (2002).

Relação comercial Brasil e África (o caso de Angola)

Na questão comercial registra-se no ano de 1968 o início das atividades da Câmara do Comércio Afro-brasileira, representada pelo então Deputado Federal,

² A respeito dos conflitos do processo de independência e da guerra civil, apresentamos síntese do debate em nossa dissertação de Mestrado (SANTOS, 2010). Além disso, sugerimos a consulta em: TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e Poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962-1977)* – Ensaio de História Política – Vol.II: 1974-1977. Tradução: Manuel Ruas. Luanda: NZILA, 2001; BITTENCOURT, Marcelo P. *DOS JORNAIS ÀS ARMAS: Trajectória da Contestação Angolana*. Lisboa: Vega, 1999; BITTENCOURT, Marcelo “As linhas que formam o “EME”: Um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola”. Dissertação de Mestrado apresentado na pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

³ Saraiva (1999:241), com base em informações da Revista Isto É, de 05/06/1985, p. 30, informa que as negociações com armas bélicas, entre Brasil e Angola, começaram antes mesmo da independência, segundo o mesmo, afirmações dos membros do extinta SNI – Serviço Nacional de Inteligência (brasileiro), indicaram que o Brasil teria mandado secretamente armas para Agostinho Neto e MPLA, na luta contra FNLA e UNITA.

⁴ Santos (2010), explica que os convênios educacionais existem desde o período Janio Quadros, relatando que “O Brasil passou a adotar mecanismos que proporcionaram uma aproximação com os países africanos independentes, o que incluía um propósito de melhor conhecer e se preparar para entrar em uma fase de aproximações com os movimentos independentistas das colônias portuguesas. O Ministério das Relações Exteriores passou a conceder bolsas de estudo para que estudantes africanos pudessem estudar no Brasil e, curiosamente, a escolha dos bolsistas recaiu não só entre originários de países africanos independentes, mas igualmente beneficiando estudantes das colônias portuguesas que, à época, viviam em países independentes”. O autor salienta em nota que “As bolsas de estudos foram criadas pelo Ministério das Relações Exteriores, segundo Honório Rodrigues era descontado dos diplomatas 20% dos salários, que fossem iguais ou superior a 400 dólares, para manutenção dessas bolsas. J.H.RODRIGUES, 1964:337” (SANTOS, 2010, p. 34)

Adalberto Camargo⁵. Segundo, o pesquisador Ivo Santana (2004:83), o órgão tinha como objetivo estreitar as relações entre o Brasil e o Continente Africano, fomentando o desenvolvimento de negócios, atividades culturais e científicas.

Cumprir observar, que o seu idealizador Adalberto Camargo faz a seguinte consideração: “para muita gente, na África só tinha Tarzan e Chita” (SANTANA, 2004:83), confirmando desta forma, em primeiro lugar o desinteresse de muitos comerciantes brasileiros e ao mesmo tempo o seu empenho em estreitar as relações com este continente. Ao longo de seu desenvolvimento a Câmara de Comércio Afro-Brasileira participou das principais negociações entre África e Brasil, inclusive com Angola.

Ivo Santana (2004) destacou em seu livro um capítulo para discorrer sobre a empresa brasileira que mais se desenvolveu em Angola ao longo do período histórico a ser estudada por esta pesquisa, a empresa baiana Odebrecht. Segundo o autor em decorrência da crise do petróleo, o “Milagre Econômico” brasileiro entrou em decadência. Por conta desta crise, o setor da construção civil, que Odebrecht faz parte não encontrava mais no Brasil um local propício para seus empreendimentos, partindo para experiências internacionais, estabelecendo-se também em Angola e iniciando suas atividades neste país na década de 1980. Em entrevista ao pesquisador Ivo Santana (2004), o vice presidente da empresa falou a respeito do início dessas atividades:

Nós resolvemos fazer a duas coisas: diversificar na linha petroquímica e internacionalizarmos na linha de engenharia (...) já tínhamos um projeto em obras no Peru e começamos então a desenvolver uma estratégia de abordagem do mercado internacional, num sentido de atuação mais permanentes, mais continua, e Angola coincide com esse período. (SANTANA, 2004:111).

As participações de empresas brasileiras em solo africano, em especial angolano, têm a contribuição explícita do governo brasileiro, como apresentado no texto,

⁵Sobre sua biografia, pode-se destacar alguns elementos apontados por Santana (2004: 83-84), Negro, de origem humilde, Adalberto Camargo nasceu em Araraquara, teve infância pobre e pouca escolaridade, aos 16 anos mudou-se para a capital, trabalhou em várias áreas, até que tornou-se um grande empresário da área de carros para aluguel e taxi, chegando a consagrar a Volkswagen, o que lhe trouxe prestígio diante dos altos ciclos empresariais do país. Foi eleito membro executivo do Conselho da Câmara e Comércio Estrangeiro e, além disso, “em 1966, aos 43 anos de idade, candidatou-se à Câmara Federal pelo estado de São Paulo, vencendo as eleições daquele ano com o suporte do ‘voto racial’ da comunidade negra e o respaldo de suas entidades representativas (...)”.

lembrando-se que a política de aproximação do Brasil e Continente Africano inicia-se no governo Jânio Quadros na década de 1960 é rompida com o golpe Civil-Militar de 1964. Todavia, no governo do Presidente Médici inicia-se um processo de reaproximação.

No governo do Presidente General Ernesto Geisel, o Brasil estabelece uma Representação Especial em Angola liderada pelo embaixador Ovídio Andrade de Melo. Segundo a pesquisadora Letícia Pinheiro (2007:97) o intuito de sua presença em Angola era prestar informações sobre o processo de independência de maneira imparcial. No entanto, o trabalho do embaixador Ovídio de Melo foi de grandes percalços, pois havia divergências importantes entre os três movimentos de independência, como já apontado no texto. Por hora cumpre observar que em documentação do Itamaraty, materializada nos relatórios enviados pela representação brasileira em Angola, fica evidenciado o interesse do Brasil de, além do oferecimento de ajuda humanitária, em estabelecer negócios, assegurar empreendimento brasileiro em solo angolano.

No telegrama da Representação Especial do Brasil em Luanda, Ovídio Melo discorreu:

Em resposta ao seu telegrama confidencial número 17. Conversei hoje, longamente, com Diretor do Supermercado Jumbo em Angola, Senhor Pedro Monteiro, que me informou, com um mínimo de reserva comercial, sobre a situação de sua firma, frente à conjuntura política em Portugal e em Angola.

2. A firma portuguesa “Supa” (Companhia Portuguesa de Supermercado Pão de Açúcar) controla 40% da firma angolana “Africados” (África Supermercado S.A) que é a proprietária do Supermercado Jumbo, estabelecido em Luanda desde 1973.

3. A firma “Supa”, portuguesa, tem seu capital constituído da seguinte forma: 45% pertencem à família do conselheiro Diniz, dona de vários supermercados em São Paulo; 25% pertenciam à Companhia de Seguros Impérios, que acaba de ser nacionalizada em Portugal, e por conseguinte, passaram a pertencer ao Governo português; 20% pertenciam à Companhia União fabril, também nacionalizada em Portugal; 10% pertencem a diversos acionistas, dos quais o principal seria Doutor Flores, cidadão português.

4. Assim, desde o começo, o interesse da família Diniz seria minoritário na SUPA, em relação aos capitais portugueses. E, como a SUPA, como um todo, tinha apenas 40% do interesse na “Africados”, a participação de capitais brasileiros no Supermercado Jumbo é bastante pequena.⁶

⁶Telegrama do representante especial do Brasil em Luanda, o embaixador Ovídio de Melo para a Secretária de Estado. Índice: Situação do Supermercado Jumbo em Angola. Nº 30, em 11/04/75.

O telegrama do embaixador evidência que mesmo antes da independência, havia capitais de empresas brasileiras em Angola e o Estado brasileiro por meio de sua representação estava atento. Este fato também foi relatado pelo historiador José Sombra Saraiva (1999:240), em seu livro “Angola e Brasil”, no qual registra em nota que a empresa Pão de Açúcar manteve suas lojas trabalhando em Luanda durante toda guerra e ainda afirma que o governo brasileiro deu cerca de cinco milhões de dólares para ajudar a manter Angola abastecida. Neste aspecto, pode-se observar que os capitais brasileiros já existentes ao longo do processo de independência, ampliam-se, principalmente, depois de 11 de novembro de 1975.

Ivo Santana (2004:112), ao entrevistar Luis Almeida, representante à época da empresa Odebrecht, citada acima como pioneira no mercado angolano, obteve informações de como foi o início das operações em Angola:

A Missão brasileira, chefiada pelo então ministro Delfim Neto, buscava alcançar os soviéticos, que reclamavam da reduzida participação brasileira nas exportações provenientes da URSS. Eles queriam que o Brasil importasse deles um valor menos igual, e o Brasil não tinha muito o que importar da URSS. Em Moscou, discutíamos com representantes da empresa soviética Tecno-promoexport as possibilidades de execução do Projeto Olmos, para irrigação de terras do Peru. O projeto mostrou-se inviável em razão de interesses políticos globais, e os soviéticos nos propuseram uma outra iniciativa: a construção de uma hidrelétrica em Angola, um trabalho conjunto no projeto de Campana. E verdade, nessa missão, nossa posição era de servir de instrumento que permitisse viabilizar uma política que interessava aos dois países: o Brasil e a União Soviética, de executar projeto em terceiros países e que gerassem exportações para ambos (depoimento de L.A. em entrevista ao autor em Agosto/2001). (SANTANA, 2004:112)

Santana ressalta que Angola havia obtido sua independência há pouco tempo e o fato do Brasil ter apoiado a sua emancipação facilitou sua entrada no mercado angolano. Mesmo numa conjuntura de Guerra-Fria, em que os EUA apoiava os insurgentes da UNITA, o Brasil não se intimidou. Em entrevista a Santana (2004:113), Luís Almeida registra que:

O governo brasileiro demonstrava uma política de longo prazo em relação a Angola e isso se refletiu na nossa relação com os angolanos em geral. Aí o governo brasileiro foi fundamental com sua postura de favorecer Angola na

ONU, numa época em que os americanos eram incondicionalmente pró-Savimbi. (SANTANA, 2004:113).⁷

Importa salientar que o governo brasileiro, por conta dos problemas econômicos enfrentados em meados da década de 1970 e durante a década de 1980, não tinha outro caminho além da exportação para mercados pouco explorados, como do Continente Africano, inclusive com mercadorias que eram até então pouco exportadas como manufatura e serviço. Angola era um mercado propício para venda desses produtos, todavia um país recém independente vivendo uma guerra civil entre os dois principais movimentos, UNITA e MPLA nos leva a indagarmos como o governo angolano poderia financiar a reconstrução de uma nação destrozada pela guerra?

Para entender a dinâmica econômica entre Brasil e Angola registram-se, as considerações de um dos representantes da Odebrecht, Roberto Dias:

[...] tínhamos de compatibilizar, num verdadeiro trabalho político-diplomático, os interesses do sócio e do governo Soviético, os do Governo brasileiro e os do País Cliente (Angola). Tudo isso exigindo deslocamento entre três continentes e a convivência entre três culturas diferentes (A organização, 1994, p.25).

Essas negociações resultaram na criação de mecanismos especialmente montados para viabilização da obra, em que a parte soviética se responsabilizava pelo financiamento, projeto e montagem eletromecânica da usina. Ao Brasil caberia a execução das obras de engenharia, o financiamento e o provimento dos bens e serviços associados à construção. A partir de financiamento concedido pelo Banco do Brasil, firmou-se um contrato de longo prazo com o governo angolano, pelo qual este assumia o compromisso de entregar à Petrobrás o valor em petróleo correspondente aos serviços executados. Essa operação de coutrotrade foi um dos mecanismos especiais utilizados para viabilizar financeiramente o empreendimento e assegurar a realização da obra, que se apresentava vantajosa para o governo brasileiro. (SANTANA, 2004:115)

Dessa maneira o Brasil pôde importar petróleo a preço em cruzeiro, a moeda em circulação à época no Brasil, num período de crise no setor, e ao mesmo tempo Angola resolvia seu problema de liquidez. Todavia, outras indagações podem ser levantadas, pois um país em guerra civil geralmente sofre boicotes nas construções de infraestrutura, afim de enfraquecer o grupo que está no poder. Esse fato faz com que empresas, principalmente estrangeiras, com exceção da indústria bélica, não invistam

⁷ Cumpre observar que Jonas Savimbi era o líder da União Nacional de Libertação Total de Angola (UNITA).

em um país com essa situação, dessa maneira como a Odebrecht, por exemplo, investiu em Angola? A esse respeito, Luis Almeida faz a seguinte consideração:

[...] Criou-se um espaço protegido para nós podermos trabalhar, com patrulhas que viajavam com os caminhões, motoristas angolanos treinados pelos militares dirigindo os veículos e outras coisas desse tipo. Mas, para que isso ocorresse, em várias situações buscamos demonstrar que nós não estávamos lá simplesmente como estrangeiros que exigiam: Faz uma parede aí em volta da obra, que eu entro, uma parede e um teto em cima pra que não se possa jogar bomba, vir soldado, avião ou artilharia e só assim nós vamos trabalhar. Não era essa a nossa equação de riscos, nem era com empresa de seguros, porque, se nós fossemos fazer a cobertura de riscos políticos, riscos de guerra, com uma empresa de seguros, o projeto ficaria exorbitante e inviável para os angolanos. Procuramos encontrar os meios de fazer as coisas funcionarem, mesmo correndo os riscos, e isso foi importante para eles: que a todo momento nós estivéssemos dispostos a buscar uma solução não convencional para viabilizar o projeto, buscando o apoio onde fosse necessário, seja no governo angolano, no governo brasileiro ou no soviético. (SANTANA, 2004:117)

No processo de construção do agora país, Angola, a participação brasileira foi extremamente importante, pelos motivos apontados no texto verifica-se que houve ajuda mútua, pois o Estado angolano necessitava de infraestrutura, que com abandono dos colonizadores portugueses deixou o país destruído, a guerra pela independência e logo depois a guerra civil que onerou ainda mais o Estado angolano. Dessa maneira o investimento brasileiro, bem como o apoio técnico, contribuíram para a reconstrução, por outro lado o pagamento em petróleo fez com que a crise do preço do petróleo fosse amortizada no Brasil.

Embora as contribuições mútuas entre Brasil e Angola tenham a sua importância, há pesquisadores que ficam reticentes com a contribuição de outras nações na reconstrução de Angola, dentre eles podemos citar o pesquisador Daniel Santos⁸, o

⁸ O professor Daniel dos Santos, (Universidade de Ottawa) mantém um forte laço sentimental (é de origem angolana), mas também científico e político com Angola. Fato que tem possibilitado o estreitamento dos laços institucionais com o Dr. José Octávio Van Dunnen, da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.

Extraído do site: www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_22.pdf. No dia 10/11/2011.

qual expõe as complexidades desse processo fazendo com que o leitor que não conhece a História de Angola possa se situar,

A luta de libertação angolana no século XX deve ser enfocada, com sua especificidade própria, como intrinsecamente ligada à evolução das resistências provocadas pela expansão do sistema capitalista mundial. Nesta perspectiva, reduzir esta luta a uma dimensão puramente política significa limitá-la à conquista da independência, às disputas pelo poder político e menosprezar seu alcance. A luta de libertação nacional angolana tem, em sua base, um rico conteúdo. Sua edificação é, antes e acima de tudo, uma questão de identidade cultural, elemento essencial e permanente para edificar suas instituições próprias, fundamentado no reconhecimento das diferenças, e de elaborar um projeto social, nacional e popular baseado no referendo. Ela se desenvolve a partir do reconhecimento dos interesses e das opiniões específicas do povo angolano, e da necessidade de um debate com a participação de todos, excluindo-se os que compactuam com interesses exteriores à nação, sobre as formas de criação de riqueza (relações sociais e econômicas, forças produtivas) e sobre o marco referencial desta organização (relações políticas e exercício do poder). (SANTOS, 2001:102).

O autor nos chama atenção para não reduzirmos o processo de independência de Angola aos acontecimentos meramente político, econômico, social, principalmente levando em conta a conjuntura da Guerra-Fria. Pois a construção da identidade nacional na visão do autor é o que realmente pode levar a uma “verdadeira nação”, sendo que para essa constituição deveria-se excluir grupos que tivessem interesse somente em “explorar” o país.

Como apontado no início do texto, o Brasil além de ser a primeira Nação ocidental a reconhecer a independência de Angola vai ter empresas brasileiras que vão atuar em solo angolano, a citação de Santos (2001) traz a reflexão: será que a postura brasileira não estaria justamente enquadrada dentro dos problemas para o desenvolvimento do seu país? Registra-se que esse pensamento tem fundamento pensando no período de colonização portuguesa em Angola, o autor escreve,

De fornecedora de escravos, Angola passa a produtora de matérias-primas (diamantes, ferro, petróleo, manganês, urânio...), produtos agrícolas (açúcar, algodão, café, sisal...) e provedora de força de trabalho barata. Para a produção da burguesia portuguesa, Angola representava, seguramente, um mercado; mas, para o capitalismo mundial, Angola era uma reserva de matérias-primas e de força de trabalho. É somente a partir dos anos 1960-1970, com a maior abertura aos investidores portugueses e estrangeiros e uma certa industrialização, que Angola se torna um mercado interessante para a produção do capitalismo mundial. Dessa forma, a dominação das indústrias de exportação acentuou a dependência da colônia

em relação ao capital mundial (Torres, 1983:1102, 1107) e a burguesia portuguesa teve então de ceder maior espaço às burguesias americana e européia. A industrialização e o desenvolvimento da empresa capitalista em Angola estavam, dessa forma, ligados ao capital financeiro português e mundial. Frágil em relação aos seus concorrentes, a burguesia metropolitana portuguesa se agarrava às suas colônias: com raríssimas exceções, a subcontratação, a joint-venture e a intermediação tornam-se as únicas formas nas quais a burguesia colonial podia se refugiar. As colônias, e Angola em primeiro lugar, permitiam-lhe realizar uma certa acumulação, ao mesmo tempo em que constituíam, com a imigração para a Europa e para a América, um meio ideal para solucionar o problema da mão-de-obra excedente.(SANTOS,2001:103)

A evolução na exploração da cadeia produtiva das riquezas de Angola por Portugal a forma de tratamento dado à população traz o receio do autor na construção de Angola pós-independência de que esse “circulo vicioso” de expropriação da riqueza angolana continue pelo Estado e por seus aliados. Esta preocupação faz sentido na conjuntura de Guerra-Fria, na qual havia vários interesses ideológicos, políticos e econômicos. E entre esses interesses o que menos contava eram as necessidades da população, como o autor discorre Angola servia como local de exploração do capitalismo mundial.

A transição de uma sociedade colonial para uma nação, para Santos (2001) tem como passagem a contribuição da burguesia sendo ela uma corrente de ligação entre os dois tempos (colonial e nação), mas esse processo não foi realizado. No projeto de construção da nação a participação da burguesia é incipiente. O autor alerta que para os interesses nacionais tem que unir a população e não separa-la como aponta no texto acima.

Em seu artigo, Santos (2001) faz em síntese uma análise do pós-independência de Angola referindo-se ao ônus presente na construção dessa jovem nação, os riscos de mesmo pós-independência, Angola transformar-se em uma nova colônia moldada ao período atual, em que não se tem a necessidade de ocupar fisicamente um local, mas a dependência econômica faz com que o país fique submetido ao julgo de outro país, não permitindo a possibilidade de desenvolvimento de uma identidade nacional e perpetuando o sofrimento da população que outrora era colônia e agora é livre, mas o seu modo de vida continua o mesmo.

As reflexões feitas por Daniel Santos são serias, pois se vislumbrando esse contato comercial e empresarial entre Brasil e Angola, como a população angolana foi

inserido nesse contexto? As empresas brasileiras, como aponta o texto, tiveram grandes ganhos, o que não reverteu em emprego para população angolana e nem progresso. Embora deva-se considerar que o país estava em guerra civil que envolvia parte significativa da população. Por outro lado, sabe-se que a prioridade do próprio Estado angolano (MPLA), assim como do movimento contrário (UNITA e FNLA) a esse Estado estava na manutenção da guerra e na cooptação pessoas para guerra. Portanto, as críticas do pesquisador Daniel Santos (2001) podem ser compreendidas em grande parte, especialmente no pós guerra, pois eram vários os elementos que impediam o desenvolvimento de Angola.

Movimento Negro brasileiro a e sua visão de África

Na seção anterior foi abordada a questão das relações políticas e econômicas que envolviam Brasil e Angola nas décadas de 1960 e 1970, todavia, queremos neste momento, apontar alguns elementos no sentido inverso, ou seja, a influência da realidade angolana nas décadas de 1970 e 1980, no pensamento do Movimento Negro brasileiro, o que, em contrapartida, auxilia a construção da visão dos membros do movimento a respeito do Continente Africano no sentido mais geral.

Outros setores da sociedade brasileira, até então incipientes em relação à situação do Continente Africano, tomam não só consciência com referência a luta de independência dos países africanos e seus líderes, mas também passam a considerar a influência desta luta na organização de seus movimentos, à exemplo, pode-se citar o Movimento Negro Brasileiro. Nas palavras do pesquisador Petrônio Domingues (2007:116), o Movimento Negro “africanizou-se”, esse processo acontece nas décadas de 1970 e 1980. No livro *História do Movimento Negro no Brasil* dos pesquisadores Verena Alberti e Almicar Araújo Pereira (2007), o militante Helio Silva Junior discorre:

Podemos identificar três diferentes fontes, diferentes influências externas. Você tem o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que sempre mobilizou a atenção da militância; você tem as lutas de independência no Continente Africano, sobretudo, até pela facilidade da proximidade lingüística, nos países lusófonos, notadamente Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau. E por fim, o movimento pela negritude, que a rigor sempre foi um movimento literário na verdade, um movimento

cultural de intelectuais de África e das Antilhas que se encontram em Paris nos anos 30 do século passado e que vão formular algumas ideias a respeito do seriam o ocidentalismo e o orientalismo na perspectiva africana, nos valores africanos. Enfim, um modo africano de ser por ser por meio de várias linguagens.⁹

Ao contrário do que pode-se inferir, o Movimento Negro Brasileiro até então, tem pouco contato com o Continente Africano. Entre os motivos para falta de contatos está à falta de liberdade por conta do regime Civil-Militar que impedia até mesmo movimentos negros de manifestarem sobre o racismo e preconceito vividos na sociedade brasileira. Pode-se acrescentar também, o próprio perfil da comunidade negra brasileira oriunda das camadas mais pobres da sociedade e, portanto, o contato com o Continente Africano era mais deficitário pela falta de recursos humanos e financeiros. Esse fato começa alterar-se com o início do processo de reabertura democrática iniciada em meados de 1970.

Mas ainda na década de 1970, há o ressurgimento de movimentos negros, como o Movimento Negro Unificado – MNU, entre outros, os quais terão uma parcela significativa de seus componentes desenvolvendo curso superior, por isso, entrando em contato com uma literatura ligada aos principais teóricos sobre a africanidade. Esse contato fez com que tivessem mais conhecimentos sobre África, levando, dessa maneira, o resgate da *Mama África*. Esse resgate do saber sobre África vai além do mero conhecimento, ele ultrapassa para uma ação concreta nas atitudes desses militantes, Maués faz à seguinte consideração:

Trata-se da adesão a uma estética da negritude-vestuário, penteado, adereços, ditos afro. Além de sua própria imagem, a adesão deve passar pela valorização e mesmo adoção de elementos da “cultura africana”, tais como música, dança, jogos e até hábitos alimentares, traduzidos nos jornais em

⁹ A pesquisadora Florentina da Silva Souza, em seu livro *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU* (2006) sobre esse assunto faz a seguinte considerações: (...) Os textos pronunciamentos e as lutas de africanos e afro-americanos funcionaram contra o racismo e para a sedimentação de um discurso identitário afro-brasileiro. O Jornal do MNU, principalmente, entrevistou nomes importantes na história africana como Oliver Tambo, presidente do Congresso Nacional Africano de 1988, Francisco Romão de Oliveira e Silva, primeiro embaixador da República de Angola no Brasil ,que comentou aspectos similares e divergentes existentes entre a cultura afro-brasileira e afro-caribenha, como criar um intertexto. O texto do autor africano, ou da diáspora ajustado às especificidades da história dos afro-descendentes no Brasil, contribuiu, em diferenças e similaridade, para a composição da produção textual brasileira, e essa produção, nos mesmos moldes, será parte constituinte também de um produção textual transnacional que Gilroy denomina black Atlantic. (p40.)

receitas atribuídas aos antigos descendentes de escravos. Para completar o modelo, insiste-se na adoção, para crianças, de nomes africanos, que aparecem sempre nos jornais acompanhados de sua tradução para o português. (M. A. Motta Maués, “Da ‘branca senhora’ ao ‘negro herói’: a trajetória de um discurso racial”, Estudos Afro-Asiáticos, n.21 Rio de Janeiro, 1991, p127 apud DOMINGUES, 2007:116)

Luiz Silva, que deu depoimento ao livro de Alberti e Pereira (2007:77) sobre o Movimento Negro no Brasil discorreu sobre a influência do marxismo no movimento, além de líderes e teóricos da independência dos países africanos, textos como do líder guineense Amílcar Cabral e o livro *Condenados da Terra* de Frantz Fanon, eram lidos pela grande maioria dos militantes. A respeito, especificamente, dos países africanos de língua portuguesa, Silva registra:

E essas revoluções africanas, sobretudo a revolução dos países de língua portuguesa – Moçambique, Angola, Guiné Bissau -, foram muito importantes para gente. Toda informação que vinha de lá: poemas de Agostinho Neto, informações de Moçambique, a poesia moçambicana revolucionária. Tudo isso também teve muita influência nesse momento, fazia parte de um conjunto de informações importantes. Mas chegava com muita dificuldade. A gente sabe que as traduções, no Brasil, passaram por um crivo, por uma peneira ideológica muito séria. (ALBERTI e PERREIRA, 2007:77)

Ivair Alves dos Santos, outro entrevistado apresentado no livro *A História do Movimento Negro no Brasil* (2007), relatou que havia conseguido um emprego na Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino da Ciência (Fundec), segundo ele, a Fundação fazia material didático para o ensino de química. Houve por parte da UNESCO um convite à instituição para trabalhar em Angola, no qual a maioria dos funcionários rejeitou, mas Ivair Santos, até por conta de sua militância não rejeitou e no ano de 1979 vai para Angola. Seu relato é extenso, todavia destaca-se algumas partes, que mesmo sendo longa, são necessários para reflexão:

Era casado, com filho, vivi todo o drama que você possa imaginar: família que nunca havia viajado para fora, um país estranho, em guerra... Mas para mim era aquele negócio de “Volta à África”. Fui para lá com cara e a coragem. Fui ficando, ficando, e acabei ficando quase quatro anos. Trabalhava com ensino de ciência no Ministério da Educação. Lá em Angola percorri o país inteiro. Das 17 províncias, fui a 12 pelos menos. Fui o brasileiro que mais percorreu aquelas zonas de perigo, aquelas confusões todas: caí numa emboscada, fiquei preso num lugar lá... Eu me metia em tudo, pela vontade de conhecer, vontade de sacar. Eu achava que tinha um

papel militante lá também. Aí, no primeiro dia em que fiquei lá comecei a mandar sistematicamente jornais, revista e livros para o Brasil inteiro. Mandei milhares, pode colocar milhares. Eu chegava segunda-feira no correio com 50 pacotes de jornais, revistas e livros. Ficava circulando lá, via o que interessava, sábado e domingo ficava fazendo o pacote e mandava para o Brasil. Fazia isso com o meu dinheiro. Eu ganhava bem, era consultor da UNESCO durante todo esse período. E mandei tudo o que você pode imaginar, para o Vovô do Ilê Aiyê, que nunca tinha ouvido falar, bem como para os meus amigos todos. Tudo o que as pessoas ouviam falar de África, eu comecei a desconstruir mandando aquilo: “África não é isso. África é isso...” Mandei centenas de livro de Pepetela. Você já imaginou: “Tem um cara lá em Angola, militante, mandando jornais, revista...” Essa era minha válvula de escape. (ALBERTI e PEREIRA, 2007:77-78).

Os relatos expostos demonstram a influencia que a África teve no Movimento Negro brasileiro do final da década de 1970 a 1980. Registra-se que o país que possui a segunda maior população negra do mundo, perdendo somente para a Nigéria, inicia a busca por suas raízes africanas. Essa discussão que retrata a busca de uma identidade africana pelos descendentes brasileiros, que como evidenciado pelos historiadores sobre a colonização portuguesa no Brasil, demonstram o projeto de assimilação que teve objetivo direto da destruição dos hábitos culturais desses grupos, perdendo suas línguas maternas, a separação de seus grupos étnicos, de suas praticas religiosas, enfim negando a esses grupos sua própria história.

Considerações

O artigo aqui apresentado procurou fazer ilações entre a relação Brasil e Angola no período da história presente, abordando aspectos econômicos, políticos e sociais dessas duas nações. Os protagonistas apresentados no texto deixam claro a tentativa de diálogo com o continente africano, que acabou resultando no diálogo mais próximo com o país Angola.

Nas questões comerciais e econômicas, à exemplo da empresa brasileira Odebrecht, é hoje uma das maiores empresas em Angola, sendo isso o resultado de um processo que inicia no final da década de 1970. Contudo é interessante perceber as críticas feitas pelo pesquisador angolano Daniel dos Santos (2001) sobre quais benefícios esses empreendimentos brasileiros em Angola tem trazido para a população angolana.

Em relação ao debate apontado a respeito do Movimento Negro, registra-se por meio dos depoimentos que naquele momento havia um grande desconhecimento sobre o que realmente ocorria no continente africano nos aspectos político, econômico, social e cultural, o que culminava em uma visão romanceada. Ressalta-se que atualmente existem estudos que fazem alusão ao continente africano, trazendo uma reflexão que rompe com idealizações, embora percebe-se que ainda há um longo caminho entre as duas margens do oceano Atlântico.

Referência Bibliográfica:

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Almicar Araujo. *História do Movimento Negro no Brasil: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC – FGV, 2007.

BITTECOURT, Marcelo. *A questão étnica e racial nas eleições angolanas*. Revista Estudos Afro-Asiáticos, nº25, dezembro de 1993.

BITTECOURT, Marcelo. “A raiz da liberdade”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 4, nº39, dezembro 2008.

BITTENCOURT, Marcelo “As linhas que formam o “EME”: Um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola”. Dissertação de Mestrado apresentado na pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

BITTENCOURT, Marcelo P. *DOS JORNAIS ÀS ARMAS: Trajectória da Contestação Angolana*. Lisboa: Vega, 1999;

BITTENCOURT, Marcelo. “*Estamos Juntos*” *O MPLA e a Luta Anticolonial (1961 – 1974)*”. 2002. Tese Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói RJ, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Revista Tempo, n. 23. Os índios na história: abordagens interdisciplinares. UFF, 2010.

SANTANA, Ivo de. *A Experiência Empresarial Brasileira na África (1970 a 1990)*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004.

SANTOS, José Francisco dos. *Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um Amplo Movimento”: Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975*. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

SARAIVA, José Flávio S. e PANTOJA, Selma. (org). *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, 1999.

SARAIVA, José Flávio S.(Org). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasil: IBRI, 2001.

SARAIVA, José Flávio S.. *O lugar da África: A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 aos nossos dias)*. Brasília: UNB, 1996.

SOUZA, Florentina da Silva. *Afro-descendência em cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e Poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962-1977) – Ensaio de História Política – Vol.II: 1974-1977*. Tradução: Manuel Ruas. Luanda: NZILA, 200.